

# CULTURA E IDENTIDADE REGIONAL NO NORDESTE DO BRASIL: UM OLHAR SOBRE O ESTEREÓTIPO E AS RELAÇÕES SOCIAIS RURAIS SERTANEJAS

Francisco Fransualdo de Azevedo<sup>1</sup>  
Vera Lúcia Salazar Pessôa<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

A primeira delimitação regional oficial do território nacional brasileiro data de 1941, quando o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – dividiu o país em cinco macro-regiões: Norte, Sul, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste. Porém, antes dessa regionalização, outras tentativas foram feitas no sentido de dividir o país regionalmente. Entretanto, as divergências nos objetivos estabelecidos e as controvertidas razões dos processos de delimitação regional anteriores levaram ao fracasso dos mesmos.

A idéia e a noção regional prevalecente durante séculos no imaginário social brasileiro, ainda com resquícios nos dias atuais, trata a divisão regional do país de duas formas, Norte e Sul. Isso evidencia uma contraposição dual, dicotômica e insuficiente, devido ao controle e a ação equivocada da monarquia, posteriormente dos republicanos, que constituíram e legitimaram historicamente o processo de criação e consolidação do Estado-nação brasileiro.

A delimitação regional que de fato se estabeleceu, vigorou e se consolidou no país foi a do Estado Novo varguista, não obstante as alterações posteriores, mais precisamente a do IBGE no século XX. Naquele momento histórico o sentimento nacionalista era marcante. O Estado-nação, autoritário e arbitrário, que dominava o conjunto de relações políticas e econômicas, “procurava diminuir a autonomia dos Estados e fazer uma integração nacional, a partir do fortalecimento do poder central” (ANDRADE, 1988, p. 5).

Ao tratar da ação do Estado-nação no sentido de delimitar e constituir regionalismo no Brasil, o autor afirma que

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Licenciatura em Geografia da Faculdade Católica de Uberlândia, Bacharel em Ciências Econômicas pela UERN, Mestre em Geografia pelo NPGeo/UFS, Doutorando em Geografia pelo IG/UFU. fransualdoazevedo@hotmail.com

<sup>2</sup> Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> do Programa de Pós-Graduação em Geografia, do IG/UFU. vlpessoa@triang.com.br

as regiões serviriam para basear ações administrativas e estatísticas, formando unidades intermediárias entre o país e os Estados. Esta divisão regional levava em conta sobretudo as condições naturais – estrutura geológica, relevo, hidrografia, clima e vegetação natural – mas procurava fazer com que os limites regionais coincidisse com os limites estaduais; cada Estado estaria integrado em uma única região. (ANDRADE, 1988, p. 5-6).

Depreende-se que esse processo de regionalização no Brasil foi fortemente influenciado pelo autoritarismo do Estado Novo e pela geografia tradicional, a qual levava em consideração principalmente as condições naturais do espaço geográfico para delimitar regiões.

A partir de então, com as sucessivas secas que ocasionaram anos de chuvas irregulares e escassas no Nordeste, o Estado nacional passou a instituir organismos públicos, como bancos e agências de desenvolvimento, dentre elas a SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste –, para amenizar os efeitos das agruras e dos rigores do meio físico-natural. Isso passa a evidenciar uma ação eminentemente política e economicista, que dava início a um processo de estereotipização estigmatizada da região, ora da seca, ora da pobreza e da miséria latente, ora região “problema”.

Nesse sentido, buscamos nesse trabalho analisar a cultura e a identidade regional do Nordeste brasileiro, considerando a estereotipia que marca relações e a impressão/expressão imagética da região, caracteristicamente centrada na paisagem geográfica do Semi-árido sertanejo seco. Buscamos também compreender, como historicamente, o estereótipo do nordestino e da nordestinidade sempre esteve associado à seca, à miséria, à mendicância, a um povo diferente por suas ações, reações, omissões e impressões, bem como por seu biótipo de baixa estatura, cabeça chata, de linguagem distinta, a qual serve, muitas vezes, de chacota e deboche por parte de indivíduos pouco cultos e insolentes que se aproveitam do jeito simples e espontâneo de/do ser nordestino para inferiorizá-lo.

Assim, o presente trabalho está pautado numa análise teórica relacionada ao empírico, cuja bibliografia arrolada tem consonância tanto com o objeto de estudo da geografia cultural, quanto da geografia regional, fazendo associação com a influência e o papel da mídia, da literatura e da academia nesse processo, bem como ao conjunto de relações dos distintos “espaços regionais vividos”.

Em sua estrutura, o trabalho apresenta além da introdução e das considerações finais, subitens analíticos, os quais buscam melhor apreender, depreender e explicar algumas questões relacionadas ao temário central.

## **1. DIVERSIDADE E HETEROGENEIDADE REGIONAL NO BRASIL: o Nordeste sob o prisma da economia e da cultura**

O Brasil é um país bastante heterogêneo e diverso, econômica, cultural e regionalmente. É notória a desigualdade regional no país, principalmente do ponto de vista econômico, uma vez que existem regiões percebendo estágios avançados de desenvolvimento econômico e avanço industrial, ora verificado no Centro-Sul, face ao desenvolvimento tardio e incipiente de outras, como é o caso do Norte e relativamente o Nordeste.

Ao estudar as desigualdades regionais no Brasil e suas diferenças sociais, Andrade (1988, p. 8) entende a questão como resultado

das desigualdades de desenvolvimento econômico através das quais as áreas mais desenvolvidas controlam a atividade industrial, consumindo matérias-primas das áreas menos desenvolvidas e absorvendo mão-de-obra mais barata. Cria-se, assim, uma situação de dominação, de vez que as áreas mais desenvolvidas adquirem as matérias-primas a preços mais baixos e vendem os produtos industrializados a preços elevados[...] beneficiam-se da utilização de mão-de-obra barata e pouco exigente, através do estímulo às migrações internas, da aquisição de matérias-primas a preços baixos; garantem um mercado para os seus produtos e as divisas obtidas com as exportações das áreas pobres são em geral aplicadas nas áreas ricas, de vez que aos empresários interessa um retorno rápido do capital empregado.

No processo de desenvolvimento regional brasileiro, desencadeado há mais de meio século, nota-se uma hegemonia político-administrativa e econômica marcante do Centro-Sul, notadamente da região Sudeste, que tem São Paulo como principal pólo dinâmico/dinamizador. Nas últimas décadas houve uma nova divisão espacial e territorial do trabalho, passando a induzir fortes investimentos dos principais setores da economia nacional, e proporcionando, assim, uma reconcentração de recursos no Sudeste, a

exemplos dos volumes substanciais de capitais investidos pelos segmentos metal-mecânico, automobilístico e químico, setores importantes do parque industrial nacional, já fortemente concentrado nessa região (BACELAR DE ARAÚJO, 2000).

Ao discutir o desenvolvimento regional no Brasil, Bacelar de Araújo (2000, p. 124) afirma que “a divisão do território brasileiro em macrorregiões esconde, mais que revela, o fato de que há, da parte do grande investimento industrial, uma grande seletividade espacial”, de modo que no conjunto das relações econômicas tecidas ocorre, sobretudo, não o enfraquecimento, mas o fortalecimento e o super-domínio do Sudeste no controle das relações produtivas intra e inter-regionais.

Considerando que a política de desenvolvimento regional praticada no Brasil a partir dos anos 1960 é marcada por interesses do capital privado e estatal, onde um atrela-se ao outro numa relação simbiótica, nota-se certa convivência dos agentes Estado e capital no sentido de manter as disparidades e as diferenças regionais, pois essa se constitui numa condição básica de acumulação e expansão de agentes e regiões já consolidadas e hegemônicas.

Em contraposição a essa lógica, Bacelar de Araújo (2000, p. 133) discorre que

a política de desenvolvimento regional não pode deixar de ter, entre seus objetivos fundamentais, a questão da redução sistemática das desigualdades regionais que, no fundo, diz respeito ao enfrentamento das diferenças espaciais no que se refere aos níveis de vida das populações que residem em distintas partes do território nacional, e no que se refere às diferentes oportunidades de emprego produtivo, a partir do qual a força de trabalho regional tenha garantida a sua subsistência.

É necessário mesmo o planejamento e ações de políticas públicas integradoras, sem privilégios regionais, as quais partindo da constituição de uma base educacional sólida, em transformação e transformadora, reflita em outros setores, como na base política, tecnológica, econômica e social.

Somente a partir de mudanças e avanços nessas direções conseguiremos minorar as desigualdades regionais no país e estabelecer um crescimento econômico mais

homogêneo que propicie o desenvolvimento social de fato, em que pese as potencialidades de cada região, principalmente do ponto de vista cultural.

Nesses termos, o Nordeste não desapareceria enquanto região, assim como as demais regiões também não, mas, deixaria de ser considerado como uma região pobre, atrasada, o “problema” do país, se constituindo na verdade, num espaço regional rico e diverso cultural e economicamente.

## **2. O ESTEREÓTIPO E A CULTURA SERTANEJA NORDESTINA: discutindo também a identidade e o território**

Embora se reconheça o nível de complexidade e dificuldade para se redefinir uma concepção imagética regional não estereotipada, como a que tem marcado muitas das referências relacionadas ao Nordeste brasileiro, admite-se que a formação educacional se constitui num instrumento importante de mudança dessa realidade.

Ao estudar os fatores e influências que levaram à invenção do Nordeste brasileiro e seus estereótipos, Albuquerque Júnior (2001, p. 20) interroga não apenas

por que o Nordeste e o nordestino são discriminados, marginalizados e estereotipados pela produção cultural do país e pelos habitantes de outras áreas, mas ele investiga por que há quase noventa anos dizemos que somos discriminados com tanta seriedade e indignação. Por que dizemos com exaltação e rancor que somos esquecidos, que somos menosprezados e vítimas da história do país? Que mecanismos de poder e saber nos incitam a colocarmo-nos sempre no lugar de vítimas, de colonizados, de miseráveis física e espiritualmente? Como, por meio de nossas práticas discursivas, reproduzimos um dispositivo de poder que nos reserva o lugar de pedintes lamurientos, produzimos e reproduzimos um saber em que sentimos prazer de dizer e mostrar que somos pobres coitados? Que masoquismo é esse que faz nos orgulharmos dessa discriminação, que faz aceitarmos felizes o lugar de derrotados, de vencidos? E, principalmente, o que leva uma classe dominante a se deleitar em afirmar sua impotência e se assumir como subordinada e dependente?

É como se todas as vezes que nos colocamos na condição de agentes natos dessa região, independentemente da condição em que nos posicionamos, ou mesmo ao negar isso enquanto verdade, estaremos corroborando com a estereotipização, própria das relações de poder tecidas pelos mais diversos agentes da sociedade brasileira, a mídia, a imprensa, a literatura, a academia, o Estado e os agentes do capital etc. Como bem assinala o autor,

o próprio Nordeste e os nordestinos são invenções destas determinadas relações de poder e do saber a elas correspondente. Não se combate a discriminação simplesmente tentando inverter de direção o discurso discriminatório. Não é procurando mostrar quem mente e quem diz a verdade, pois se passa a formular um discurso que parte da premissa de que o discriminado tem uma verdade a ser revelada. Assumir a “nordestinidade”, como quer Rachel<sup>3</sup>, e pedir aos sulistas que revejam seu discurso sobre o nordestino, porque ele é errado, por ter nascido de um desconhecimento do nordestino verdadeiro, vai apenas ler o discurso da discriminação com o sinal trocado, mas a ele permanecer preso. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 21).

O referido autor sinaliza mecanismos e meios de superação desses tipos de relações e enunciados já tão difundidos e solidificados, os quais em nossa visão passam, necessariamente, pela educação e reflexão, portanto, conhecimento profundo da história e da geografia nacionais. Assim, para enfrentar essa complexa realidade,

tentar superar este discurso, estes estereótipos imagéticos e discursivos acerca do Nordeste, passa pela procura das relações de poder e de saber que produziram estas imagens e estes enunciados clichês, que inventaram este Nordeste e estes nordestinos. Pois tanto o discriminado como o discriminador são produtos de efeitos de verdade, emersos de uma luta e mostram os rastros dela. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 21).

---

<sup>3</sup> O termo “Nordestinidade” foi usado pela escritora literária Rachel de Queiroz, a qual dentre várias obras, deixou um rico legado em discussões literárias e culturais, relacionadas a Caatinga e ao Nordeste, merecendo destaque, Caminho de Pedras (1948), João Miguel (1948), O Quinze (1948), Manguari (1989) e As Três Marias (1956).

É necessário, sim, conhecer a história brasileira e sua geografia, não só a geografia da natureza, mas a geografia humana que também é natureza, o ser humano com seu alto poder de domínio e transformação. Quando se fala em história do Brasil, não se quer apenas alertar para o conhecimento do processo de colonização e sua conjuntura socioeconômica e política, marcada pelo mercantilismo e pelo avanço do modo de produção capitalista global, mas para o entendimento das relações de poder que se desencadearam no decorrer dos quinhentos anos de história, bem como do processo de delimitação regional e sua consolidação, enquanto instrumento de constituição e delimitação regional, estabelecendo vocação própria, específica e distinta do ponto de vista econômico, político e cultural de algumas áreas.

Analisar o Nordeste sob o prisma/aspecto da seca é uma forma ultrapassada e incoerente no sentido de se ser fiel ao mostrar a região, embora o problema exista na *hinterland*, ou melhor, nos sertões, pois essa maneira de ver, ler, sentir, mostrar e “fazer” a região marcou o discurso e a ação dos escritores literários do século passado, bem como os políticos, a mídia e o Estado dessa mesma época.

Na verdade, o Nordeste é ao mesmo tempo, campo e objeto de conhecimento e de arte, assim como de lutas e interesses os mais variados. Do litoral aos sertões, da mata atlântica à caatinga, a região esconde mitos, símbolos, valores, imagens, clichês e muitas vezes identidades que se diferenciam em alguns aspectos, mas se inter-cruzam em outros.

Na contemporaneidade, o agricultor sertanejo, por exemplo, em sua aparência mais visível e comum de homem branco, bravo e simples, pouco ou nada tem de semelhante com o litorâneo urbano, chique, arrumado e letrado. No entanto, ambos são nordestinos e constituem uma identidade regional que mesmo estereotipada têm suas especificidades. Ao contribuir com o objeto de análise da geografia cultural, Claval (1999, p. 63) vê a cultura de um povo como a

soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem suas raízes num passado longínquo, que mergulha no território onde seus mortos são enterrado e onde seus deuses se manifestam. Não é portanto um conjunto fechado e imutável de técnicas e de comportamentos. Os contatos entre povos de diferentes culturas são algumas vezes conflitantes, mas constituem

uma fonte de enriquecimento mútuo. A cultura transforma-se, também, sob o efeito das iniciativas ou das inovações que florescem no seu seio.

Falar da cultura sertaneja é tratar da história do interior nordestino brasileiro, conhecendo e reconhecendo os comportamentos que marcaram a relação homem-natureza nesse espaço, seus saberes, técnicas, valores e símbolos, passados de geração em geração, reproduzindo-se a cada ciclo biológico e sustentando/legitimando um arcabouço cultural.

Nesse sentido, concordamos com o autor quando o mesmo afirma que a cultura não somente permite uma distinção por comportamentos excepcionais, mas, a recorrência desses comportamentos, valores e práticas sociais, econômicas, religiosas e políticas caracteriza e esboça uma cultura. Por exemplo,

o camponês ficará orgulhoso do vigor dos animais que cria, de seus labores regulares, da abundância de suas colheitas e do aspecto dos campos, dos prados e dos edifícios que lhe pertencem[...] o artesão marceneiro desfrutará quando descobrir, na madeira em que trabalha, as indicações de forma e de textura que darão vida e estilo ao móvel que prepara ou à escultura que lhe ornamentará. Em todos os casos, a realização do ser social passa por um alto grau de *performance* no setor escolhido (CLAVAL, 1999, p. 104).

Essa realização e/ou satisfação do ser social, numa escala não só individual, mas também grupal, passando pelo elevado grau de *performance* no prisma escolhido pelo indivíduo ou grupo, é que vai dar forma e base referencial a uma cultura. No caso da cultura camponesa sertaneja, o valor simbólico que a terra e a paisagem natural caatingueira representam para o ser social aí vivente é que vai dar forma e referenciar a cultura e o ser cultural camponês. Aí notamos quão importantes são esses fatores na constituição e reprodução da identidade cultural de um indivíduo ou grupo.

Ao referir-se a relação homem-meio em associação com a cultura, Claval (1999, p. 220) observa que “os saberes tradicionais sobre os meios têm uma finalidade prática: sua utilidade é tanto maior na medida em que ajudam a compreender a dinâmica do ambiente e das associações que o compõem”.



Dessa forma, o homem em suas distintas e variadas atividades desenvolvidas ao ar livre, bem como concernentes ao uso dos recursos e meios naturais, depende essencialmente do tempo em suas cíclicas ou bem delimitadas variações. Logo, há uma relação direta entre as condições naturais e a capacidade de ação, produção e reprodução cultural humana (CLAVAL, 1999). Nessa mesma linha de pensamento, observamos que

fica difícil trabalhar com um grande calor. Faz-se necessário se proteger do frio, do vento, da chuva e do sol quando este é muito quente ou muito brilhante: os caçadores, os criadores ou os camponeses sabem analisar o céu e prever a chuva repentina ou a tempestade com algumas horas ou um dia de antecedência. A esta meteorologia rudimentar – e freqüentemente precária, devido à extrema complexidade dos fatores de que dependem os elementos atmosféricos – acrescenta-se um conhecimento mais sólido dos ritmos normais e das variações que podem advir. Não é possível valorizar os meios se se ignora a sucessão das estações, as flutuações das temperaturas e a distribuição ordinária das precipitações durante o ano (CLAVAL, 1999, p. 221).

E o nosso sertanejo camponês tem essa capacidade de enfrentar o calor da caatinga, de se precaver do frio noturno em algumas épocas do ano, sobretudo após meses chuvosos, conseguir água para o consumo humano e animal, ao mesmo tempo em que prevê períodos de chuva e/ou de estiagem a partir de uma relação sensível com fatores e elementos atmosféricos, como as incidências de ventos, calor, nuvens, ou até mesmo estações da lua e suas associações, bem como algumas constelações estelares.

O amparo tecnológico relacionado à cultura e à agricultura, por exemplo, denota a importância que tem o saber fazer não científico ou não sistemático popular, pois como afirma Claval (1999, p. 226-227)

os saberes tradicionais elaboram freqüentemente inventários admiráveis da diversidade do real [...] a atividade humana implica a mobilização de técnicas extraordinariamente variadas para produzir os gêneros alimentares destinados aos animais ou às pessoas, ou para obter as matérias-primas com as quais estas últimas criam os utensílios necessários e os artefatos que as circundam. Designa-se por tecnologia o conjunto de meios combinados no sentido de

fabricar tal ou qual tipo de produtos; estes são integrados em setores.

A agricultura camponesa sertaneja é tida no Brasil como aquela que os saberes tradicionais são bem preservados e bastante fortes, inculcando-lhes uma diversidade do real que expressa um extraordinário conjunto de técnicas próprias e apropriadas para a produção de gêneros alimentícios secularmente desenvolvidos, herdando, inclusive, práticas indígenas para determinados fins. Os artefatos cerâmicos de argila e os utensílios de palha são um bom exemplo disso, os quais são utilizados no cotidiano das pessoas rurais e até mesmo urbanas com tradições camponesas.

Ao discutir a cultura de um povo pertencente a um determinado espaço ou região somos logo instigados a analisar a identidade, como também a territorialidade, pois “a territorialidade está fundamentalmente ligada a esse tipo de identidade” (CLAVAL, 1999, p. 179). A identidade cultural se constitui a partir de três componentes básicos: a conformação dos indivíduos aos vários usos e desusos, hábitos e costumes do grupo, a origem descendente comum, e, a articulação e combinação assumida de valores fundantes da cultura grupal. Some-se a isso o aspecto histórico assumido em conjunto pelo grupo. Ou ainda, o exemplo num dado espaço onde o grupo assume elos míticos que dão diferenciação, distinção, logo, identidade aos indivíduos do mesmo, como é o caso do sertão nordestino brasileiro. Nesse contexto, Claval observa que

os sentimentos de identidade têm conseqüências geográficas aparentemente contraditórias: eles favorecem, através do sentimento de territorialidade, a emergência de **espaços culturalmente homogêneos**, e, ao mesmo tempo, permitem aos indivíduos ou aos grupos manterem suas especificidades quando estão misturados entre si. O cuidado em preservar sua identidade não impede o estabelecimento de relações com aqueles que são diferentes, mas introduz **limites** que proíbem a aceitação daquilo que ameaça os valores centrais que forma adotados. (1999, p. 181, grifo do autor).

Às vezes tal relação de pouca abertura do grupo a novos valores e inter-relacionamentos inter-grupais e inter-culturais pode se constituir num exagero com riscos de alienação dos indivíduos, que podem levar a rivalidades e conseqüentemente atos indesejáveis de violência – como ocorre muitas vezes entre grupos étnicos e religiosos. É interessante que o grupo busque o equilíbrio de forças, mantendo o sentimento de territorialidade, logo, demarcando seu território, preserve os “espaços culturalmente

homogêneos”, não obstante a inserção dos mesmos num conjunto de relações entre diferentes povos e grupos, o que não significa necessariamente dizer que aceitem tudo aquilo que é imposto como valores, muitas vezes até ameaçadores a cultura e ao território. Nesse sentido, Haesbaert (2004, p. 78) assinala que

o território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido[...] É imprescindível, portanto, que contextualizemos historicamente o “território” com o qual estamos trabalhando. Se nossa leitura for uma leitura integradora, o território respondendo pelo conjunto de nossas experiências ou, em outras palavras, relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço, os elementos-chave responsáveis por essas relações diferem consideravelmente ao longo do tempo.

Partindo do pressuposto que toda cultura e todo ser cultural demarcam território, concordamos com o autor quando este afirma a importância da história, do grupo e do território por ele demarcado, não o historicismo pelo historicismo, mas a evolução histórica que evidencia a capacidade de inter-relacionamentos grupais, e, ao mesmo tempo organização, movimento, preservação e soma de valores e símbolos culturais. Assim, a partir dessa concepção, o autor identifica, defende e explica a questão como uma noção “híbrida” do espaço geográfico, portanto, múltipla, nunca indiferenciada. Isso significa que

o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural. (HAESBAERT, 2004, p. 79).

Das dimensões do território tratadas pelo autor, por conseguinte da territorialidade a ele inerente, consideramos e escolhemos duas como as mais importantes para a nossa análise, as dimensões política e cultural, embora a econômica esteja implícita e presente no entremeio dessa relação e interface.

A dimensão política do território expressa-se por meio da relação espaço-poder ou “jurídico-política”, onde o Estado aparece como agente importante, mas não somente ele, pois diversos agentes demarcam e delimitam territórios, até mesmo no reino animal selvagem.

Relacionando a dimensão política do território à cultura densificada no Nordeste brasileiro, percebe-se que a mesma se faz presente e se funda desde o processo de colonização, momento no qual o Estado europeu incitou o desbravamento e povoamento desse espaço através da dizimação dos nativos indígenas, ou quando não, da escravização e domesticação dos mesmos, fazendo surgir, via de regra, nessa “nova sociedade” um conjunto de manifestações culturais que herdou traços, crenças, hábitos, costumes, enfim, caracteres desse povo.

Com a demarcação política desse território, estabelecida através das capitânicas hereditárias, subdividas em sesmarias, que veio dar lugar posteriormente às unidades federativas do Brasil república, observa-se quão forte é essa dimensão política do Estado na constituição e delimitação do território e seu aspecto simbólico, isto é, sua cultura.

Outra evidência se observa quando analisamos os reais interesses da macro-regionalização do país feita pelo Estado-nação no século XX, que tinha como interesse básico centralizar o poder do Estado no âmbito do Governo Federal, ora instalado no Sudeste. Tudo isso denuncia o poder político dos agentes de Estado, os quais imbuídos de interesses e poderio econômicos, nem sempre sensatos, influenciam a dimensão cultural simbólica nacional e regional.

Quanto à dimensão cultural do território, Haesbaert (2004, p. 40) discorre, explicando-a como

cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação seu espaço vivido.

É notória a presença do aspecto econômico perpassando ambas as dimensões. Poderíamos afirmar que são indissociáveis, ao mesmo tempo interdependentes, pois o econômico aparece desde o momento da organização social grupal em busca da sobrevivência num determinado espaço geográfico, não necessariamente um espaço marcado por relações capitalistas de produção, mas, por exemplo, num espaço de relações camponesas de produção, onde o nível de solidariedade é maior, bem como a interação cultural grupal também. No caso do Brasil, o aspecto econômico e o político são imbricados de forma contundente, evidenciando-se, por exemplo, nas políticas públicas de fomento ao

desenvolvimento industrial regionalizado, colocado em prática na segunda metade do século passado.

Podemos afirmar ainda que o espaço geográfico sertanejo nordestino, mais especificamente, o espaço de relações camponesas tem presente, de forma contundente, esse tipo de relação que densifica, solidifica e reproduz uma cultura e um caráter simbólico.

Ao estudar o espaço geográfico sertanejo nordestino, bem como a cultura a ele inerente, Almeida (2003, p. 71) afirma que

a construção discursiva sobre o sertão espelha a maneira como ele é pensado e uma maneira específica de 'ver' o mundo. O olhar, o ato de contemplar a natureza, não é uma atitude natural. Pelo contrário, ele é resultante de uma instituição da cultura que inventou essa contemplação e lhe deu uma significação e valor.

A maneira do camponês sertanejo ver o mundo, assim como as relações que este estabelece com a natureza e o meio ambiente, normalmente se dissociam das relações de outros seres sociais, como o empresário rural do agro-negócio e o agrônomo. É como se o camponês fosse mais sensível às fragilidades e admoestações do meio natural.

Há uma sensibilidade marcante e evidente na leitura deste acerca das manifestações do clima e do tempo, das ações, reações e interações do reino animal, bem como das experiências acumuladas diante das recorrências de fenômenos, episódios e fatos, muito embora tabus e mitos sejam criados e reproduzidos, de modo que nem tudo tem fundamento e é coerente. Mas não há como desconsiderar esse saber camponês que, mesmo contestado e contraposto pelo meio científico, é reproduzido historicamente numa relação milenar.

Nesses termos, Almeida (2003) reconhece a importância do conhecimento popular, ou melhor, do senso comum, afirmando que o mesmo resulta de uma cultura de saberes elaborados de forma simples. Esse conhecimento popular é valorativo pela expressividade da narração própria que apresenta. E é tão significativo quanto o conhecimento científico pela clareza com que expressa suas idéias.

A importância desse tipo de conhecimento é ainda maior nas relações sociais culturais camponesas, pois move vidas e grupos de famílias inteiras, as quais também têm um jeito diferenciado de relacionar-se e desvendar a natureza. Assim, esse fator mostra que

para o sertanejo, a natureza é vista por uma dupla face. Por um lado, no seu aspecto tangível, tátil, ela é um recurso a ser utilizado. Por outro, na sua parte constitutiva, que ultrapassa o entendimento humano, ela se revela no seu valor metafórico. Desse modo, as suas manifestações só podem ser sinais do bom funcionamento ou do desregramento do cosmos. E quando o cosmos se desregula, a sociedade não funciona, como deveria, em harmonia com ele. (ALMEIDA, 2003, p. 83).

Entretanto, embora forte, aos poucos esse tipo de conhecimento vem sendo suplantado pelo conhecer sistemático, que tende a superar tabus e mitos antigos, dado o acesso a educação de uma geração nova e suas influências no meio social como um todo.

Todavia, concordamos com Almeida (2003) quando esta verifica que há duas visões de Sertão, uma revelada pelos “de dentro”, outra pelos “de fora”, logo, para os de dentro, o Sertão se constitui num “espaço territorial natural socializado”, isto é, um espaço geográfico conhecido, o nosso espaço sertanejo, o nosso mundo vivido; “para os ‘de fora’, é um espaço natural ainda não socializado, o ‘lá’, imaginado e ignoto” (2003, p. 86).

A maior dificuldade de transformação e mudança está no tipo de relação que estereotipa esse espaço e esse ser social de forma pejorativa, depreciativa, discriminatória e preconceituosa, seja no campo ou na cidade, no sertão ou fora dele, na região ou fora dela, ou simplesmente no país.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nas manifestações culturais observadas no Sertão camponês nordestino é possível notar a representação simbólica que forma a estereotipidade regional desse ser social e seu espaço vivido, através das relações, práticas, ritos, crenças, valores e significados de uma cultura que incute-lhes uma identidade social, na mídia, na imprensa, na literatura, na academia, na sociedade. Esses símbolos, práticas e valores expressam a fusão, ou melhor, o hibridismo cultural, onde o tradicional e o moderno se impõem como partes de uma cultura regional.

Nordeste e nordestino, litorâneo ou sertanejo, caatingueiro ou não, podem até ser considerados estereotipadamente, o que é quase inevitável, por diversas razões, assim como o é face a outros seres ou identidades regionais, mas não de forma depreciativa como muitas vezes ocorre. É preciso ver essa cultura regional e seus agentes a partir dos valores sociais e potencialidades apresentadas, as quais sustentam-na e movem-na.

Há muitas formas de ver o Nordeste e o nordestino, o Sertão e o sertanejo, enfim, o camponês, muitas das quais são distorcidas e incoerentes. Daí surge, muitas vezes, as imagens, clichês, impressões e expressões estigmatizadas e estigmatizadoras, esteriotipadas e valorativas que em vez de ajudar a construir e emancipar o homem, deprecia e desfavorece a vida social em seu conjunto de relações.

Concluimos que no Nordeste, ou até mesmo fora dele, o Sertão, o nordestino, o sertanejo e o camponês apresentam uma cultura lapidada, polida, densamente rica e diversa, passado que é presente, evidenciada por meio de valores simbólicos e de relações sociais tecidas e reproduzidas que, mesmo esteriotipada e aviltada, distorcida muitas vezes nas manifestações representativas que alguns atores sociais nacionais difundem, tendem a existir, constituindo de forma contundente uma identidade cultural e regional.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2001.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Em busca do poético do sertão. In:\_\_\_ ALMEIDA, Maria Geralda de & RATTS, Alecsandro JP (Org.) **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003. p. 71-88.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O Nordeste e a questão regional**. São Paulo: Ática, 1988. 71 p.

BACELAR DE ARAUJO, Tânia. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: Heranças e Urgências**. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Trad. Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Ediouro. 2003 (Coleção Prestígio).

DINIZ, José Alexandre Felizola. **A condição camponesa em Sergipe**. Desigualdade e persistência da agricultura familiar. Aracaju: NPGeo/UFS, 1996.

GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (Org.) **Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social**. Trad. Mylan Isaack. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.